

## REQUERIMENTO nº

de 2011

*Solicitamos sejam convidados o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU, o Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil, o Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação do Ministério de Relações Exteriores - MRE e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil, a comparecerem em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para discorrer sobre o PLC n.º 41, de 2010.*

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, **Jorge Hage Sobrinho**; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, **Claudio Weber Abramo**; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, **Hélio Vitor Ramos Filho**; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação - UNESCO, **Guilherme Canela Godoi**, com o objetivo de discutir o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, da iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes, tem o objetivo de regular o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, além de propor a adoção de outras providências. A proposição atual é composta por quarenta e sete artigos divididos em seis capítulos.

Cumprir registrar que a iniciativa mesmo tendo origem no Projeto de Lei nº 219, de 2003, apresentado à Câmara pelo Deputado Reginaldo Lopes, foram apensadas outras proposições, inclusive o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, da iniciativa do Poder Executivo.

Apesar da proposta inicial tenha experimentado muitas mudanças, observa-se que vários setores da sociedade civil ainda gostariam de sugerir algumas alterações, como procedimentos a serem observados pelos órgãos públicos para garantir o acesso à informação previsto na Constituição Federal.

É nesse sentido que estamos propondo a realização da presente audiência pública conjunta.

Sala da Comissão,

de 2011.

**SENADOR Paulo Paim – PT/RS**

**SENADOR Demóstenes Torres – DEM/GO**

**SENADOR Walter Pinheiro – PT/BA**